

já tratadas em *A Sociedade contra o Estado*. Dois dos textos aí incluídos (ambos publicados primitivamente na revista *Libra*) são acessíveis em português no volume, atrás citado, das Edições 70: *Guerra, Religião, Poder*.

(5) Lévi-Strauss já tinha referido a íntima ligação de uma consciência histórica com o surgimento de sociedades fortemente hierarquizadas que são precisamente aquelas que vêem também nascer o Estado, e como seu instrumento indispensável, a escrita. Cf. G. Charbonnier, *Entretiens avec Lévi-Strauss*, Paris, U. G. E., 1969. (Col. 10/18, 441).

(6) Cf. *A Sociedade contra o Estado*, p. 12 e ainda p. 180 sgs.

(7) Id. *ibid.*, p. 188.

(8) Sobretudo proposta em *Structures élémentaires de la parenté*, para mostrar, através da universalidade da proibição do incesto, que o homem é sempre já um ser de cultura e que como tal se diferencia radicalmente da Natureza.

Sheila Rowbotham, Lynne Segal e Hilary Wainwright, *Beyond the Fragments. Feminism and the Making of Socialism*, Londres, Merlin, Press, 1980/1979.

A importância da publicação, em 1979, pelo Centro Socialista de Tyneside e pela editorial da Comunidade de Islington (Londres), de *Beyond the Fragments* (1) é atestada pelo facto de, nesse mesmo ano, ter saído a presente edição (já reeditada), que se apresenta, em função da viva recepção feita ao «modesto panfleto», com uma estrutura e um desenvolvimento diferentes. Assim, se o texto de Sheila Rowbotham se mantém praticamente inalterado, o «apêndice» de Lynne Segal foi reescrito e consideravelmente alargado e a contribuição de Hilary Wainwright, além da introdução, agora «revista», consta de um novo artigo, «Moving beyond the fragments», em que, de forma mais específica, parte da argumentação, que nos outros textos se articula sobretudo com a teoria e a prática da esquerda revolucionária na Grã-Bretanha, é integrada no contexto mais lato da política trabalhista.

É sobre esta segunda edição revista e aumentada que me proponho tecer alguns comentários, sobre este texto-resposta, que na sua forma exprime, de maneira exemplar, não só a sua própria história como o fundamental da sua proposta: o processo colectivo de partilhar experiências, «teorias» e práticas, re-pensando em permanente diálogo, a partir de *locais* diferentes, não só formas de organização para o socialismo como o que se entende, aqui e agora, por socialismo.

Na nota crítica que publica neste número da *RCCS*, Martin A. Kayman traça as linhas gerais do contexto de «crise» da esquerda inglesa e do debate novo (que não é simplesmente um novo debate) em que podemos integrar esta contribuição de três militantes socialistas radicais, com histórias diferen-

tes⁽²⁾, mas cuja prática e teorização política é decisivamente marcada pelo seu empenhamento no movimento de libertação das mulheres. A sua intervenção naquele debate parte da constatação — comum a largos sectores da esquerda inglesa — de que no momento presente se não põe a questão de criar uma organização socialista através da discussão interna ou da fragmentação dos partidos políticos existentes (embora, e sobretudo no que diz respeito ao Partido Trabalhista, isso possa vir a ser uma parte importante do processo), mas sim de avançar «para além dos fragmentos», ou seja, o problema fulcral será, a partir da força social indiscutível de movimentos e organizações autónomas de base (compostas em grande parte por socialistas desligados/as de qualquer partido), pensar e criar formas de organização necessárias ao desenvolvimento e alargamento de uma consciência socialista. Aqui se assiste já a uma deslocação de ênfase na discussão do problema da «organização»: parte-se do princípio (que a história parece comprovar...) de que a conquista de uma maioria parlamentar só será eventualmente importante se assentar num movimento extra-parlamentar forte e amplo, capaz de controlar e capaz de enfrentar, nas lutas quotidianas, o aparelho de estado e os interesses económico-financeiros que este protege — uma forma nova de poder político dependerá, assim, do nível de consciencialização, sentido dos objectivos e grau de auto-confiança das classes trabalhadoras e de outros grupos oprimidos. Daí que o problema não seja discutido em termos de qual a forma de organização mais adequada à conquista do poder (governamental ou estatal), mas sim como, com base na experiência e lutas concretas do movimento anti-capitalista dos últimos dez anos, despertar e alargar uma consciência socialista, fomentar e sobretudo coordenar formas de auto-organização democrática de base entre as/os trabalhadoras, tarefa que não pode obviamente excluir os partidos políticos, mas que estes se têm mostrado incapazes (quando não desinteressados) de levar a cabo. Note-se apenas que não é possível arrumar esta questão como mero pecado anarco-populista de intelectuais burgueses: a questão está intimamente articulada com a consciência, que o Welfare State tornou possível — e a que, por razões óbvias relacionadas com a sua prática quotidiana, os movimentos de mulheres foram particularmente sensíveis —, de que a estratégia (meramente retórica?) de ataque directo à força coercitiva do estado, ou, por outro lado, de reivindicações económicas e sociais, como se o estado fosse uma força neutra, não respondem às formas sofisticadas de controlo, recuperação e opressão do estado capitalista «moderno».

Mas não é por esta deslocação de ênfase que esta intervenção se apresenta como radicalmente diferente de outros contributos anteriores. Se é certo que a «novidade» deste debate reside em que houve uma indiscutível abertura ao diálogo, quando a discussão até finais dos anos 60 se verificava (quando se verificava) dentro dos partidos políticos e se situava *acima* das preocupações de grupos ou movimentos específicos (a não ser em termos de uma nova alínea a acrescentar aos seus programas), também é verdade que essa abertura se continua a caracterizar (paternalisticamente) por noções de «profissionalismo» e «competência», que levam a que seja geralmente aceite que os partidos e organizações tenham a aprender (ou tenham aprendido) sectorialmente com movimentos ou grupos «sectoriais» (por exemplo, com os movimentos de mulheres no que diz respeito a sexismo, com movimentos de «minorias» raciais no que diz respeito a racismo), mas que os princípios de política revolucionária, os princípios de organização, as «estratégias» (isto é, os «grandes» princípios e as questões «fundamentais») tendam a continuar a ser considerados monopólios dos partidos políticos (cada um detentor da «Verdade») e da competência exclusiva dos revolucionários profissionais e dos especialistas da «teoria». Nestes textos se afirma — e se prova — a importância *não apenas sectorial* da experiência, das ideias, dos princípios organizativos de movimentos, grupos ou organizações de base (sectoriais). No artigo de Sheila Rowbotham, nomeadamente, e no que diz respeito ao movimento das mulheres, essa experiência, essas ideias, esses princípios são teorizados, sendo-lhe conferido crédito político pleno. Pelo próprio método utilizado nessa tentativa de teorização (que diverge do que tem dominado a discussão entre os grupos de esquerda, embora a não ignore — tal como não ignora os clássicos, que, muito pelo contrário, prova conhecer profundamente) ⁽³⁾, Rowbotham demonstra que a análise e partilha de experiências políticas concretas e o re-exame crítico, a essa luz, das experiências passadas, dos limites (ou limitações) que hoje se encontram nas organizações revolucionárias, reformistas ou social-democráticas é de importância fulcral para o futuro do socialismo.

Curiosamente, as respostas-críticas ⁽⁴⁾ a estes textos atacaram sobretudo a ausência de *uma* resposta concreta — a concreta definição «correcta» da concreta organização «correcta» —, recusando entender que os textos nascem precisamente de uma concordância quanto às perguntas e questões a colocar e quanto ao processo longo e colectivo de discussão-construção das respostas. E não se trata aqui de uma feitiçação (paralisadora) do modo interrogativo: estes textos cons-

tituem um gesto afirmativo de construção, e se neles se acentua a relevância de experiências de criação de novas formas organizativas, das concepções não-profissionais do político, da sensibilidade e auto-consciência relativamente às relações de poder (e opressão) que a hierarquia e a categorização (mesmo de «esquerda») comportam, grande parte do seu interesse reside na forma não-sentimentalista como se aborda a indispensável análise da(s) história(s) mais remota(s) e mais recente(s) de resistência ou luta radical de grupos operários, de trabalhadores e/ou trabalhadoras, do movimento cooperativo (história(s) significativamente silenciada(s) ou distorcida(s) nas Histórias Oficiais do Movimento Operário), e ainda na forma como se analisam os limites (ou limitações) que nascem do isolamento das actividades radicais a nível local. O texto de Lynne Segal exemplifica este último aspecto, no que diz respeito ao movimento das mulheres e à esquerda libertária em Islington, através da história do Centro de Mulheres (1972-76), da fundação da Gutter Press (1974) e, posteriormente, do Centro Socialista (1978), história que é integrada no contexto mais geral das relações entre o movimento das mulheres e a esquerda partidária (CPGB, IMG, SWP).

O artigo de Hilary Wainwright oferece-nos como ponto de partida uma reflexão sobre o Partido Trabalhista — a sua impotência, as suas contradições, a (im)possibilidade de auto-reforma — para se debruçar depois sobre a viabilidade de «alianças socialistas», apontando com lucidez quer os limites do «organicismo» ou politização *ad hoc* de muitos movimentos sectoriais de base — que nos últimos anos têm preenchido o vazio que os partidos políticos, e nomeadamente o Partido Trabalhista, se têm mostrado incapazes de preencher —, quer a importância de várias experiências concretas de «aliança» ou organização inter-movimentos/grupos/partidos a nível local, por exemplo como forum do debate e da educação política que faltam a nível nacional. A importância do movimento das mulheres neste contexto afigura-se a Wainwright residir nos valores subjacentes às suas formas de organização (ponto aliás pormenorizado e desenvolvido por Segal e Rowbotham). É daí que Wainwright parte para a enumeração dos aspectos que entende não poderem ser esquecidos no processo de construção de uma unidade que não seja nem aceitação passiva do grupo/elemento mais forte (mais articulado ou mais organizado), nem mera tolerância complacente do mais fraco (menos articulado ou menos organizado) — processo este que constitui objectivo urgente, mesmo que para já só viável a nível local, para que as pessoas possam sentir que pode haver (que

podem construir) alternativas reais e concretas à escolha do «mal menor».

Para finalizar, apenas uma referência mais pormenorizada aos temas discutidos no texto de Sheila Rowbotham, o mais longo deste volume. Partindo da sua «história política» —, importante testemunho da história da esquerda inglesa desde os finais dos anos 50 —, Rowbotham passa a explorar, na segunda parte do seu texto, «o desafio do movimento das mulheres às concepções aceites sobre formas de organização de socialistas revolucionárias/os», desafio que assenta no princípio de que uma relação vivida de subordinação específica tem necessariamente implicações fulcrais para o delinear de uma estratégia revolucionária. Assim, Rowbotham vai sucessivamente analisar o tipo de relações que o movimento das mulheres estabeleceu/estabelece «com as Ideias/com a Teoria» e «com o Passado», o que conduz a uma reflexão sobre «o Poder das Definições e dos Ícones». Aqui inevitavelmente se põe «o Problema da Democracia», «dos Dirigentes e Quadros» e do que chama «o Truque leninista». Na secção seguinte, ocupa-se de «Autonomia e Poder» e de «Vanguardas e Consciência», questões que levam a pensar «a origem» da consciência/consciencialização e «os processos» da sua evolução/mudança. Na última secção do seu texto, Rowbotham fala-nos de «Formas Políticas Pre-figurativas», que, entende, terão de ser integradas como parte explícita fundamental do movimento anti-capitalista. A pergunta «que fazer, aqui e agora?», Rowbotham não responde com a elaboração de um modelo ideal de organização não-hierárquica ou não-autoritária; vê antes como única saída uma prática que, a longo prazo, permita criar formas novas de organização socialista capazes de conduzir a uma política diferente. Tal prática assentará «num despertar colectivo para a consciência constante de como nos vemos como socialistas, para a confiança e crítica relativamente ao que fizemos já, para um reconhecimento da criatividade na diversidade e para uma busca persistente de formas abertas de relação com os outros/as outras e com as ideias».

Graça Abranches

(¹) Esta publicação, sob a forma de panfleto, reunia, com uma introdução de Hilary Wainwright, a comunicação que Sheila Rowbotham fez ao Simpósio de Unidade Socialista em 1978 «The Women's Movement and Organizing for Socialism») e que repetiu posteriormente nos Centros Socialistas de Newcastle e Islington, e ainda, em apêndice, o texto de Lynne Segal «A Local Experience»), baseado na intervenção feita no Centro Socialista de Islington na sessão em que Rowbotham apresentou a sua comunicação.